

Francisco Dias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 26

Aos treze dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e noventa e um, nesta Cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, para a terceira reunião da sessão ordinária do mês de Abril, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias Secretariado pelos Vogais, Victor Manuel Barradas de Carvalho Sequeira e António Ferreira da Silva, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, no impedimento legal dos titulares dos cargos e com a presença dos Vogais, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes, José Mendes Macedo Loureiro, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Rogério da Silva Leitão, José Luis Rebocho de Albuquerque Christo, José Alberto Martins de Carvalho, Paulo Alexandre de Medeiros Teixeira Santos, Fernando Santos Silva, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Olinto da Cruz Ravara, Custódio das Neves Lopes Ramos, António Óscar Moreira Paulo, Elias de Oliveira Vieira, João Ferreira da Pixinha, Ester da Conceição Rocha Martins e António Manuel dos Santos Salavessa.

*Thiry*  
*Durley*

Pelas 18h00, o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Fernando Tavares Marques, Élio Manuel Delegado da Maia, Victor Manuel da Silva Martins, Libério da Silva Santos, Manuel Pereira Cabral Monteiro, Jorge Manuel do Nascimento, José Carlos Neves, Joaquim Luis Monteiro Mendes Gomes, João Ferreira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva e Celso de Sousa Figueiredo Gomes.

Imediatamente a seguir o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, João Ferreira da Peixinha e Manuel Arede de Jesus, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Continuando no uso da palavra o Presidente da Assembleia, informou que antes de dar início aos trabalhos agendados para a presente reunião, haverá um período de antes da ordem do dia.

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o período de antes da ordem do dia, usou da palavra o Vogal José Luis Christo, que começou por se congratular com o facto do Sporting Club Beira-Mar ter chegado à final da Taça de Portugal, pelo que propôs, que a Assembleia aprove um voto de felicitações ao Beira-Mar.

Prosseguindo deu também nota do falecimento do Cônego Póvoa dos Reis, natural de Eirol e um dos melhores estudiosos dos problemas da Ria de Aveiro, especialmente da sua flora, pelo que, propõe à Assembleia Municipal, que manifeste os seus pêsames aos familiares enlutados.

A propósito da Ria de Aveiro, disse lastimar que responsáveis administrativos das diversas Administrações Portuguesas - não só Locais como também Centrais, continuem a afirmar sem qualquer estudo prévio, que as salinas de Aveiro se destinam acabar. Refere que esta afirmação é feita, como forma de se desculparem dos pecados de omissão da realização das obras estruturais que há muito tempo deveriam ter sido feitas e que são obras estruturais de reparação de uma coisa que a própria administração estragou com a melhoria do Porto de Aveiro.

Finalmente, em seu nome e no nome da bancada que representa (C.D.S.), regozijou-se pelo facto das duas principais forças políticas Angolanas, terem dado as mãos e terem iniciado um processo de Paz. Considerou

3.  
Hering  
pau

de seguida, que apesar de se tratar de um assunto que não diz respeito a esta Assembleia nem dirá respeito eventualmente ao próprio País em que vivemos, é um assunto que nos toca tanto, que sugeriu à Assembleia Municipal, (embora o Dr. Savimbi e o actual Presidente da República de Angola, não sejam as únicas forças representativas de Angola) que esta Assembleia poderia manifestar-lhes a eles o nosso regozijo pelo início do processo de Paz.

Tomando a palavra o Presidente da Mesa, esclareceu que o Governo já o fez a nível nacional, no entanto a Assembleia é soberana e prosseguir-se-á nesse sentido se assim o entender.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Rogério Mário Madail.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Óscar Paulo, para fazer a seguinte intervenção: -"Sr. Presidente, Srs. Deputados: - não querendo ser repetitivo de informações já aqui fornecidas, também como ex-atleta, não quero deixar de falar conforme na última reunião aqui já anunciei do regozijo da brilhante presença do nosso Beira-Mar no Estádio do Jamor. Quero aqui apresentar uma proposta de congratulação e regozijo pela magnifica presença da equipa de Futebol do Beira-Mar na final da Taça de Portugal. O comportamento dos jogadores, dirigentes, técnicos e adeptos honraram e dignificaram o Beira-Mar, a cidade e o concelho de Aveiro, levando bem longe e bem alto o nome de Aveiro."

No uso da palavra, o Vogal Joaquim Abreu, focou problemas relativos com o mau estado dos caminhos agrícolas, na freguesia de Eixo. Considerou que tem faltado o apoio por parte da Câmara Municipal na atribuição de máquinas e viaturas para reparação dos mesmos pelo que o seu estado de conservação se tem vindo a degradar de dia para dia. Referiu ainda, que a população daquela freguesia começa a ver com uma certa apreensão o estado lastimoso em que os referidos caminhos se encontram e naturalmente começa a pressionar a Junta de Freguesia no sentido de que esta arranje solução para o problema. Lamentou todo este estado de coisas que deriva ao fim e ao cabo de um mau critério na atribuição de meios de apoio (máquinas e viaturas), apelando por isso ao Executivo que tome medidas tendentes a dar à freguesia de Eixo aquilo a que a mesma tem direito.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal António Salavessa, que começou por considerar que o Beira-Mar esteve à altura da situação que enfrentou, não tendo também nada a acrescentar às saudações que já aqui foram expressas na reunião anterior da Assembleia Municipal, subscrevendo de igual modo as palavras de saudação que foram já proferidas por outros elementos da Assembleia Municipal.

Prosseguindo, e referindo-se aos acontecimentos publicados

*Theresa.*  
*ma*

na imprensa diária e com base na sua leitura, lamentou e expressou o seu repúdio pelo parecer negativo da Câmara Municipal em relação à proposta da Escola Secundária nº. 1, para adoptar como patrono da Escola a figura de Mário Sacramento. Considerou que a ser verdade aquilo que a imprensa relata, trata-se a seu ver de uma acção sectária, contrária ao apregoado espírito aberto, tolerante e democrático de Aveiro e que de alguma forma se enquadra na linha de decisões anteriores-decisões essas, que recusaram por exemplo o nome de José Afonso, para uma Rua de Aveiro.

A terminar e relativamente à visita do Dr. Savimbi a Portugal, disse que poderia perfeitamente subscrever considerações que já foram traçadas nesta Assembleia em relação à assinatura do acordo de Paz; todavia pensa que a posição das declarações públicas citadas pela imprensa, citações do Sr. Presidente da Câmara em relação à visita do Dr. Savimbi, principalmente quando este se dirige ao Dr. Savimbi nestes termos: - "Deseja saudar nele o futuro Presidente de Angola", é portanto, uma posição por parte do Presidente da Câmara no exercício de funções oficiais pouco institucional na medida em que, entende que não compete à Câmara Municipal tomar partido, ou exprimir juízos de valor deste tipo, quando sabe que vai haver eleições para a Presidência da República de Angola.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Jorge Nascimento.

Seguidamente usou da palavra o Vogal João Peixinha, para dar nota do descontentamento de alguns residentes em Taboeira, moradores na Zona da Qtª. da Condessa e que protestam contra os maus cheiros provenientes de uma exploração pecuária, pertença dos Irmãos Monteiro. Referiu também, que já foram feitas várias exposições a várias entidades, inclusivé à Câmara Municipal de Aveiro. Por tal facto, a bancada do Partido Socialista, desejou saber o que é que já foi feito no sentido de se eliminarem os referidos maus cheiros e ainda se as obras recomendadas pela Comissão Coordenadora da Região Centro do Ministério da Agricultura, já foram concretizadas.

Neste momento deu entrada na Sala o Vogal Porfirio Vieira de Carvalho e Silva.

No uso da palavra o Vogal Victor Mangerão, começou por se referir à evocação feita pelo vogal José Luis Christo, pelo passamento do Cônego Póvoa dos Reis. Expressou o seu contentamento pelo facto de verificar que mais alguém desta Assembleia, tenha dado pela existencia e pelo falecimento do Cônego Póvoa dos Reis. Realçou a importância que este último teve na sua formação universitária em Coimbra bem como a importância que tinha como homem e como humanista e como amante desta Zona - o Cônego Póvoa dos Reis foi o autor dos primeiros estudos sobre a flora e sobre a problemática da Pateira de

Fermentelos.

Foi assistente universitário, portando uma pessoa absolutamente credenciada na área científica, nunca esquecendo Aveiro sua terra natal, apesar de ter ido para Coimbra. Sendo por isso uma figura que talvez merecesse um pouco mais de homenagem de Aveiro do que apenas os pêsames à família.

Relativamente à visita do Dr. Savimbi, salientou que não está em acausa o facto de todos se congratularem pela Paz alcançada em Angola, contudo entende que na passagem por Aveiro do Presidente da Unita, se cometeram talvez excessos e não se ponderaram as coisas como seria desejável. Disse pensar que se feriram susceptibilidades e que se correram certos riscos de intromissão ou de má interpretação, que em termos institucionais poderiam ter sido evitados - uma coisa é congratularmo-nos, festejarmos inclusivé mas em termos pessoais; outra coisa é de certo modo comprometermo-nos como parece que aconteceu ao dar-se a relevância que se deu com a própria Câmara nesse assunto. Sublinhou que não pretende que estas palavras sejam mal interpretadas, porém pensa que naturalmente há certos pontos que setêm que colocar no seu lugar, no momento certo e no foro certo e aqui estamos todos precisamente interessados em salvaguardar a dignidade a ponderação e a respeitabilidade das instituições, por isso, apelou para que em situações idênticas não se repitam os mesmos excessos.

Finalmente e no que se refer à atribuição de um nome para a Escola Secundária nº. 1 - Mário Sacramento ou Silva Rocha, considerou que se está a cair numa especulação de mera politiquice; entende por isso, que é preciso acabar com um muito muito grave nesta cidade, de que quando se fala de vultos notáveis mercedores de homenagem susceptíveis de serem oferecidos em nome a um edifício ou a uma Rua etc, sempre forçosamente se tem que falar em Mário Sacramento, sem desprimor algum para este, não é isso que está em causa - não é a grandeza do vulto, discutível ou não, não é a dimensão humana ou política - é outra coisa! é a de não ser o único! e Mário Sacramento já tem uma Rua e cada vez que se opta por outro nome não se pode dizer que é em detrimento, que é em desfavor, que é sectarismo! Interrogamo-nos então? e Silva Rocha, quem foi Silva Rocha? é um anónimo qualquer? não é! Silva Rocha foi tão importante para Aveiro ou talvez mais do que Mário Sacramento no tempo dele - foi por exemplo ele que trouxe para Aveiro a Escola Industrial e Comercial, que formou milhares de alunos nesta terra; em termos de cultura e de importância para a colectividade também não ficará nada a dever ao outro. Silva Rocha não tinha uma Praceta, uma Rua, era já um esquecimento só porque não era da geração sobre a qual nós discutimos a política hoje. Por isso,

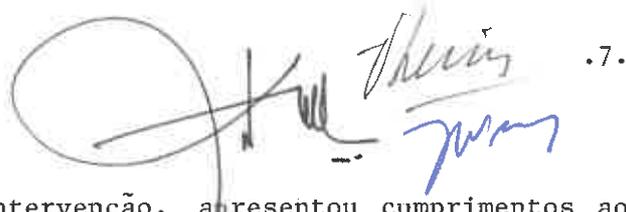
*Handwritten signatures and initials at the top of the page.*

considera que é importante que a própria Escola que ele fundou receba o nome dele.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Custódio Ramos, que começou por se associar ao voto de pesar proposto pelo vogal José Luis Christo relativo ao falecimento do Cônego Póvoa dos Reis.

Relativamente ao processo de Paz Angolano, congratulou-se com a celebração da Paz naquele território. No que se refere à visita do Dr. Savimbi a Aveiro, considerou que houve excessos na tomada de posição da Câmara Municipal, subscrevendo tudo aquilo que já aqui foi referido, sendo de opinião que institucionalmente não se devem tomar tais posições.

Prosseguindo, abordou o problema da poluição sonora na Rua Alberto Souto, apresentando à Mesa da Assembleia o documento que a seguir se transcreve, assinado pelos moradores da referida Rua, e a remeter às entidades nele mencionadas.

 .7.

A finalizar a sua intervenção, apresentou cumprimentos ao Sr. Encarnação Dias, pela sua eleição para Presidente da Rota da Luz, formulando votos para que se trabalhe em prol do Turismo, de Aveiro e da sua Região.

Usou da palavra o Vogal João Tavares, para solicitar esclarecimentos relativos à conclusão dos passeios na Rua das Cardadeiras, zona envolvente das Escolas de Esgueira e urbanização da "Quinta do Carramona". Prosseguindo, lamentou o facto de ser escassa a atribuição de máquinas de apoio à freguesia de Esgueira, atendendo à sua grande área rural, pelo que solicitou um maior apoio por parte da Câmara. Referindo-se também à necessidade de se construir um passeio junto ao edifício da junta de freguesia, uma vez que a situação actual naquele local, oferece grande perigo para a circulação de peões; salientando, que em tempo, a junta oficiou à Câmara a execução desse trabalho.

A terminar, quis saber ainda qual vai ser a atitude da Câmara, em relação à limpeza de valetas na freguesia de Esgueira.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Arlindo de Macedo Bastos.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Santos Silva, para perguntar quando é que a Câmara prevê o arranjo da Estrada que liga a "Riauto" à "Fábrica Campos", em Taboeira. Quis saber também para quando é que está previsto o saneamento no lugar de Vilarinho, bem como a entrada em funcionamento do Mercado Abastecedor. Finalmente apontou para a necessidade de se proceder à substituição de alguns degraus dos pontões que atravessam o Canal, em virtude do seu péssimo estado de conservação.

No uso da palavra a Vogal Ester Martins referiu-se à necessidade de se preservar o património histórico da Cidade, focando a título de exemplo o pelourinho e o edifício dos antigos paços do Concelho de Esgueira. Prosseguindo e ainda no âmbito cultural, salientou a falta de apoio por parte das entidades oficiais aos estudantes do concelho, nas acções que a Escola tem promovido. Relativamente ao nome de Mário Sacramento, para patrono da Escola Secundária n.º 1, considerou que se tem vindo a gerar alguma polémica em torno deste problema, todavia entendeu que se deve ter em conta nesta matéria a opinião dos professores da referida Escola.

A terminar, informou ainda que a Associação de Pais da Escola Secundária de Esgueira, propôs o nome de Jaime Magalhães Lima para seu patrono, proposta esta aprovada em Conselho Pedagógico; porém e decorrido já bastante tempo não se obteve qualquer resposta das entidades competentes.

H. Silva 8.  
[Handwritten signature]

Usando da palavra o Vogal Ferreira da Silva, referiu-se ao Dia Mundial da Criança, como sendo um acontecimento dos mais bonitos dos últimos dias. Todavia, considerou que a disponibilidade posta pelos Serviços Camarários, no apoio a estas comemorações não estiveram ao nível daquilo que o acontecimento exigia.

A terminar, alertou a Câmara para a necessidade de se melhorarem os espaços infantis, posto que, os poucos que existem normalmente encontram-se maltratados.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Cruz Tavares.

No uso da palavra o Vogal Armando Vieira, começou por reiterar os cumprimentos pela eleição do Presidente da Assembleia, para Presidente da Rota da Luz, formulando ao mesmo tempo votos para que o Concelho de Aveiro, não seja visto apenas como cidade, mas no seu todo, uma vez que Concelho Rural também faz parte do Concelho de Aveiro.

Relativamente à fiscalização de obras na sua freguesia, referiu que foi surpreendido com um ofício da Câmara Municipal no qual este órgão o convidava a ser fiscal de obras. Disse compreender perfeitamente a inquietação da Câmara neste domínio, pois há razões para que esteja de facto preocupada na medida em que se constata divisões de casas antigas em várias habitações com fins especulativos; verifica-se também a construção de indústrias em locais não aprovados para o efeito, bem como alguma construção ilegal, sem que haja qualquer acção penalizadora por parte da Câmara. Assim e face a este panorama, reconhece uma certa razão a Câmara, quando faz o convite aos Presidentes de Junta para estarem atentos a estes problemas, porém salientou que a disponibilidade de tempo por parte destes autarcas é muito escassa para poderem levar a cabo tal acção; por outro lado considerou que uma função fiscalizadora deste tipo por parte dos Presidentes de Junta, iria certamente gerar conflitos entre a junta e a população local, pelo que, disse não estar disposto a correr esse risco.

Prosseguindo, alertou a Câmara para a especulação que se vem fazendo com a venda de lotes em urbanizações promovidas pela Câmara Municipal, considerando que a Câmara tudo deve fazer para impedir que os lotes destinados a famílias carenciadas, sejam comprados por especuladores, impedindo assim que famílias de facto carenciadas e interessadas em adquirir esses lotes não o possam fazer dado os preços incontroláveis das hastas públicas.

Finalmente solicitou ao Executivo para que determine o montante de subsídio a conceder às freguesias rurais para limpeza de valetas e para que não deixe de apoiar os arranjos inerentes à construção da Escola

G+S, em Oliveirinha, mais concretamente os arranjos envolventes exteriores e drenagem das águas pluviais.

Seguidamente usou da palavra e Presidente da Câmara, para referir que quando veio para a Câmara de Aveiro, sofreu algumas pressões no sentido de se retirar o nome de Mário Sacramento à antiga Rua de Ílhavo, voltando esta artéria à sua denominação original. No entanto a Câmara considerou que tal atitude seria injusta e por isso nunca a tomou por entender que a figura de Mário Sacramento para além das posições políticas de cada um, teve uma função importante no campo intelectual que prestigiou Aveiro. De modo que não há nem nunca houve da parte da Câmara, qualquer atitude de menosprezar a figura do Dr. Mário Sacramento.

Relativamente à visita do Dr. Savimbi a Aveiro, referiu que, aquando da primeira visita a Portugal deste político Angolano, ninguém no País o recebia oficialmente; todavia a Câmara de Aveiro, tomou uma deliberação por unanimidade no sentido de receber aquele líder político. A Câmara fundamentou a sua atitude nos acordos do Alvor, pois é do conhecimento geral que tais acordos produziam efeitos na ordem jurídica interna e como não foram revogados davam ao Dr. Savimbi a qualidade de estadista e o direito de participar no governo de Angola. Agora quando veio a convite do governo Português, foi o próprio Dr. Savimbi que fez questão e mandou várias mensagens dizendo que fazia questão de vir a Aveiro, reconhecendo que a Câmara de Aveiro foi a primeira entidade que teve a coragem de o receber.

No que se refere às suas declarações, disse ter saudado o Dr. Savimbi em várias qualidades, nomeadamente de dirigente Africano, Presidente de um Partido, de homem do Alvor, e de facto admitiu que num improviso tenha saído uma expressão que considerou ser do ponto de vista institucional excessiva ou talvez um pouco arrojada. Contudo, salientou que tal afirmação é feita no contexto de -"eventual Presidente da República de Angola". É evidente, que se porventura tivesse sido o Presidente do M.P.L.A., a visitar Aveiro, poderia fazer a mesma saudação na mesma qualidade, na medida em que sendo os representantes das duas grandes forças políticas Angolanas, havendo eleições a curto prazo é natural e possível que um destes líderes venha a ser o Presidente da República de Angola e é portanto neste contexto que tal afirmação é proferida.

Relativamente ao subsídio a atribuir às Juntas de Freguesia para limpeza de valetas, disse que é intenção da Câmara privilegiar os subsídios para pavimentação das mesmas, entendendo a Câmara que esta será uma das formas de acabar com os custos na limpeza das valetas, isto sem prejuízo de em relação aquelas que não poderão ser cimentadas ainda este ano a Câmara fixará um critério para este assunto.

Prosseguindo, esclareceu que a Câmara não pretende que os Presidentes de Junta de Freguesia, sejam fiscais de obras no sentido rigoroso do termo; pretende-se apenas que dada a grande extensão de território sobre a sua jurisdição e dado também a grande quantidade de construção existente, os Presidentes de Junta podem e devem alertar os Serviços Municipais para situações de construção clandestina, sendo em suma este o objectivo.

No que se refere ao saneamento do Lugar de Vilarinho, informou que neste momento é grande preocupação da Câmara lançar a construção da Estação de Tratamento de S. Jacinto e o Colector que vai de Esgueira à Celulose, obras estas que envolvem verbas na ordem de alguns milhares de contos. O referido colector passará perto da povoação de Vilarinho e só depois de estar montado se poderá encarar a hipótese de saneamento do referido lugar.

Finalmente e relativamente ao Património Histórico Municipal, informou com alguma prudência que a casa situada na esquina da Rua Bento de Moura, em Esgueira não vai ser demolida.

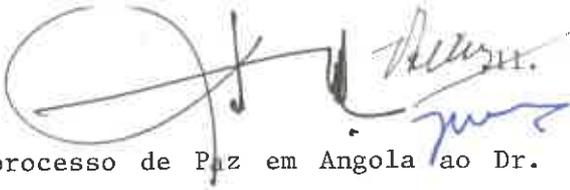
Neste momento deu entrada na sala o Vogal Nuno Tavares.

Usou seguidamente da palavra o Vereador Víctor Silva, referindo-se ao problema que se prende com os maus cheiros provenientes de uma exploração pecuária em Tabueira, pertencente aos Irmãos Monteiro, Lda., disse que toda a situação deriva da falta de uma ntreira, bem como de uma fossa que solucione o problema. Todavia, tem conhecimento de que se estão a efectuar obras naquelas instalações, muito embora desconheça qual o tipo das mesmas, salientando que de momento é a única informação que tem para dar sobre o assunto.

Seguiu-se no uso da palavra o Vereador Martinho Pereira, para prestar alguns esclarecimentos relativos à conservação dos caminhos agrícolas nas freguesias rurais. Referiu-se também à segurança dos peões no lugar de Esgueira, informando que a Câmara irá tomar medidas no sentido de resolver o problema.

Seguidamente usou da palavra o Vereador Celso Santos, para prestar esclarecimentos relativos à problemática relacionada com o nome a dar à Escola Secundária nº. 1, salientando que não há da parte da Câmara Municipal qualquer intenção de menosprezar a figura de Mário Sacramento. O que acontece é que foram colhidos vários pareceres e a Câmara concordou com o nome de Silva Rocha, para patrono da referida Escola, por entender que esta personagem teve uma ligação muito forte à referida Escola. Contudo o processo não está terminado, devendo agora ser remetido à Secretaria de Estado da Educação, para a tomada da decisão final.

Usando novamente da palavra o Vogal José Luís Christo, disse retirar a proposta que fez na sua intervenção inicial no sentido da Assembleia



manifestar o seu regozijo pelo início do processo de Paz em Angola ao Dr. Savimbi e ao actual Presidente da República de Angola, por se entender que bastará que todos nós nos mostremos contentes pelo início do referido processo.

Continuando no uso da palavra referiu-se ao facto do Professor Carlos Borrego, ter sido empossado Ministro do Ambiente; pelo que fez uma proposta à Assembleia, à semelhança do que aconteceu já com a Câmara, esta Assembleia manifesta o seu regozijo e cumprimenta o Ministro, fazendo votos no sentido de que este continue atento aos problemas da Ria de Aveiro.

Seguiu-se uma breve troca de impressões, tendo o Presidente da Mesa, imediatamente a seguir submetido a proposta à votação da Assembleia, no sentido de felicitar o Professor Carlos Borrego, pela sua nomeação e que continue interessado nos problemas que preocupam a Ria de Aveiro, vindo a mesma a merecer aprovação por unanimidade.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal António Salavessa, nos seguintes termos: - "Votei a favor cingindo-me apenas ao texto proposto pela Mesa da Assembleia, embora não acredite que um só homem, à frente de um Ministério, possa alterar a política de ambiente do governo e que se altere a situação da Ria".

Imediatamente a seguir o Presidente da Mesa, interrompeu os trabalhos para o jantar, eram 20h00.

## 2ª. PARTE

Pelas 21h30, foram retomados os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais João Ferreira dos Santos e Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Manuel Branco Pontes, Élio Manuel Delgado da Maia, José Mendes Macedo Loureiro, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Manuel Pereira Cabral Monteiro, José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, Jorge Manuel do Nascimento, José Carlos da Silva Neves, José Alberto Martins de Carvalho, Victor Manuel Barradas de Carvalho Sequeira, Fernando Santos Silva, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Arlindo de Macedo Bastos, Olinto da Cruz Ravara, Rogério Mário Madail da Silva, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, António Ferreira da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Custódio das Neves Lopes Ramos, António Óscar Moreira Paulo, Elias de Oliveira Vieira e António dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Victor Manuel da Silva Martins, Libério da Silva Santos, Paulo Alexandre de Medeiros Teixeira Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva e Celso Figueiredo Gomes.

Imediatamente a seguir passou-se à apreciação do seguinte ponto:

PONTO Nº. 6 - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA,  
REFERENTE AO ANO DE 1990 - CÂMARA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 91-05-27: -  
"CÂMARA MUNICIPAL - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES RELATIVO AO ANO DE 1990: - Após análise do documento em epígrafe, o qual havia préviamente sido distribuído por todos os membros do Executivo, Foi deliberado, com a abstenção da Vereadora Dr<sup>a</sup>. Maria Antónia, considerar o mesmo aprovado e submetê-lo à consideração da Assembleia Municipal, nos termos legais".

GENERALIDADE

Usou da palavra o Presidente da Câmara para fazer apresentação do referido documento. Começou por referir que se trata do primeiro Relatório, após a tomada de posse da nova Câmara e naturalmente tem um pouco o cariz des seu facto. Trata-se de um Relatório extremamente sintético, sem considerações, relativo a um ano em que a percentagem de trabalhos executados não foi muito elevada, lembrando que o Plano de Actividades referente a 1990, tinha sido feito um pouco na perspectiva de antes das eleições autárquicas. Considerou que não foi de facto um Plano de Actividades extremamente realista, foi em certa medida um Plano de intenções e naturalmente que este relatório reflecte um pouco o facto deste condicionalismo e nomeadamente também o facto de ser o primeiro ano deste mandato.

Prosseguindo, salientou que pela primeira vez este documento, foi exclusivamente elaborado pelos Serviços, isto é, foi solicitado a cada Serviço uma relação da actividade desenvolvida.

Seguidamente colocou-se à disposição da Assembleia para eventuais esclarecimentos sobre a matéria.

Aberta a discussão, usou da palavra o Vogal Custódio Ramos, para referir que se está perante um documento que é uma colagem de participações de informações, de compilações diversas, das quais resultou o documento agora

*Handwritten signatures and initials at the top right of the page.*

em apreciação, que tem enfim um certo número de informações válidas e correctas, mas que classificou de insípido, na medida em que não tem de facto uma tónica, nem expressão em termos de quem o executou. Ao contrário o Relatório dos Serviços Municipalizados, que é um anexo do documento em causa, tendo alguma demagogia de gráficos bonitos pelo meio, exprime efectivamente algo do que a administração responsável por aquele sector fez.

Relativamente à parte formal do documento, salientou que o dos Serviços Municipalizados, se apresenta rubricado pelas pessoas responsáveis e com uma deliberação na última página onde o Conselho de Administração teve algumas considerações; em suma do ponto de vista formal muito mais completo do que o da Câmara, considerou.

Prosseguindo, considerou ainda que o Relatório em apreço deveria ter sido já discutido na anterior sessão da Assembleia, convocada para o efeito e na qual não se verificou "quorum", o que segundo o Vogal, foi intencional, na medida em que a Câmara agendou a discussão do documento, porém só o aprovou em 27 de Maio, sendo por isso tecnicamente impossível à Assembleia apreciá-lo e discuti-lo antes da sua aprovação pela Câmara Municipal. Considerando a terminar, que algo vai mal nesta matéria.

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Ester Martins, João Peixinha e Rogério Leitão.

Tomando a palavra o Presidente Encarnação Dias, esclareceu que o facto de não ter havido "quorum" na última Assembleia, deveu-se apenas à não comparência do numero de membros necessários para a Assembleia poder reunir e não a nada de intencional. Em reunião anterior teve oportunidade de avisar que quando se chegasse a discutir o ponto 6 - Relatório de Actividades e Conta de Gerência, se não estivessem, cumpridos regimentalmente os dias (15) indispensáveis à apreciação e estudo por parte dos membros da Assembleia, não teria lugar a discussão do ponto em causa.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Victor Mangerão, começou por considerar que uma reflexão sobre este relatório de actividades, relativo a 1990. pode ser muito mais importante do que aquilo que à primeira vista parece; isto porque, em primeiro lugar, bem ou mal, sintécticamente ou não, feito por Serviços ou por quem quer que seja, é um acto formalmente relevante na vida da Municipalidade - é simultaneamente uma prestação de contas, é uma possibilidade de controvérsia e afinal de contas também é a oportunidade que a Assembleia tem de fazer um balanço sobre um ano inteiro de Gestão Camarária. Melhor ou pior que esteja feito este relatório, aquilo que a Câmara pensa que é sua obrigação (sua obrigação, sem direito e sua vantagem), apresentar a esta Assembleia elementos sobre a sua governação de um ano inteiro, está contido no relatório. Entende por isso que não se pode minimizar

*[Handwritten signature]*

a importância deste documento, permitindo-se por essa mesma razão avançar até, sem pretensiosismos nenhuns, sem demagogia, com a maior seriedade, para uma reflexão não prolongada, mas de qualquer forma sentida sobre aquilo que considera essencial neste relatório.

O Sr. Presidente da Câmara, disse que este relatório poderá enfermar de algumas deficiências, na medida em que é um relatório de actividades de um plano feito ainda em ano de eleições autarquicas e portanto com todas as deficiências possíveis no plano. Prosseguindo, salientou que Aveiro é governada há vários anos com uma contiunidade tal, que nos permitiria dizer que não tem verdadeiramente havido interrupções de poder ou interrupções de sistema ou muito menos mudança de filosofia Municipal, de mandato para mandato. É evidente que o Dr. Girão, está como Presidente da Câmara com a personalidade que tem, com a relevância que assumiu em termos de nome feito à frente desta edilidade, com tudo quanto significa politicamente, partidariamente, etc., como tal não pode ser desculpa estar-se em ano de eleições para preparar um plano menos adequado ou ainda, isso servir de desculpa para que as actividades realmente efectivadas sejam menos correspondentes ao Plano entretanto elaborado e programado, a menos que se tenha que reconhecer que o Plano foi feito em cima de eleições e portanto trata-se de um Plano "eleiçoeiro", com promessas feitas a mais, etc. e depois não cumpridas. Lastima profundamente, não o facto dos Serviços terem sido chamados tanto quanto possível em termos técnicos, simples, claros, a dizer o que cada um dos departamentos fez na Câmara, mas a falta de "sumo" que o Relatório tem, e o facto do Relatório ter sido elaborado pelos serviços não pode absolver a Câmara das suas responsabilidades. Continuando no uso da palavra, referiu que quando o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Dr. Girão, para a apresentação do Relatório, pensou que o Sr. Dr. Girão iria oralmente suprir as lacunas que por escrito existem no Relatório, todavia não o fez. Por outro lado entende, que uma Câmara com a liderança personalizada e assumida pelo actual Presidente da Câmara, tem obrigações que nenhuma rotina pode desculpar, isto é, tem a obrigação de dizer o que ela própria sente daquilo que fez, daquilo que não fez e também daquilo que fez e não está no relatório. Disse pensar também que se trata de uma questão de dignidade institucional e como tal a Câmara não se pode dispensar de certas justificações. A Câmara negligenciou ao entregar a elaboração do relatório aos Serviços - a Câmara não é dos Serviços! não elegemos técnicos, nem funcionários por muito mérito que tenham - nós elegemos políticos e só estes têm que assumir a imagem da Câmara bem como a responsabilidade da gestão do concelho e são eles que respondem perante a Assembleia e como tal seria de pressupor que houvesse uma filosofia de gestão

Huiy.15  
ms

no documento em causa e um assumir de responsabilidade pela Câmara, todavia não está no documento. Considerou por isso, que o sistema Municipal tal como está em Aveiro está anquilosado, porque neste momento está em crise, porque está a esvaziar-se do sentido político verdadeiro que foi tendo ao longo destes anos - "há falta de imagem política conveniente, adequada, positiva desta Câmara"; considerando que se neste momento fizessem sondagens o resultado das mesmas seria bastante negativo, (não é a imagem dos técnicos) podem ser as deficiências dos técnicos ou dos Serviços ou da estrutura de Serviços, mas a responsabilidade vai refletir-se nos políticos, dado que estes é que são os eleitos. Se a Câmara não assume isso é pena, pois tinha uma oportunidade de ir para o confronto neste Plano, se tivesse feito ao menos uma página introdutória. Referiu que o Plano em apreço é uma manta de retalhos, nota-se perfeitamente até pelo estilo literário que o autor varia de capítulo para capítulo, não havendo por isso qualquer coordenação, em suma disse não haver verdadeiramente um programa de governo para esta governação, pelo que entende que isto não é gerir verdadeiramente - é já negligenciar a gestão, é entrar na rotina, e isto é perigoso para a Autarquia; "neste momento aqui da bancada da oposição divido-me como Aveirense - isto é, o estar chateado por ver as coisas encaminharem-se nesse sentido; obviamente que como político é evidente que se congratula, pois aproxima-se a passos rápidos a prova finalmente de que chega do sistema de governação que já se está verdadeiramente a "marimbar" um pouco, para levar a sério a responsabilidade dos encargos que assumiu eleitoralmente".

Continuando no uso da palavra, evocou Mário Sacramento e realçou a necessidade da Câmara fazer uma Cidade melhor, um Concelho melhor em suma um mundo melhor, todavia disse não ver essa preocupação no actual Executivo, mas apenas uma mera preocupação de gestão.

Evocando seguidamente Lourenço Peixinho, considerou que está a faltar à actual Câmara a força da utopia, pois não tem criatividade para lançar nada de arrojado, isto desde os problemas de trânsito, tratados com "pensos rápidos", não há em carteira numa única obra de vulto que resolva os problemas do trânsito em Aveiro. Falou-se já há bastante tempo nestes problemas, porém nada foi anunciado com vista à resolução dos mesmos. Abordou seguidamente o problema da massificação do urbanismo citadino, numa cidade cheia de espaços para construir; o problema dos novos arruamentos que já nascem becos; edifícios com andares acima da cêrcea etc., derivando isto tudo de um determinado conceito de gestão camarária.

No que se refere à preservação do pouco património architectónico que a cidade tem, disse não ver qualquer plano que vise a defesa

.16.

do mesmo. Por outro lado assiste-se ao derrube de casas, para aí se constru-  
rem novos edifícios, como é o caso do imóvel construído em frente da Igreja  
da Vera-Cruz (Largo da Apresentação)

Prosseguindo e no que se refere à imagem dos Serviços Municipais, considerou ser honesto da sua parte, ter o desassombro de dizer que é preciso avisar públicamente a Câmara de que a imagem de Gestão Camarária ao nível dos serviços está a ser péssima, atribuindo a culpa de toda esta situação aos políticos que gerem a Câmara.

A terminar, considerou que tem de haver uma aspiração de grandeza por parte de quem está à frente de um Concelho, todavia disse notar que nesta Câmara existe um cansaço, isto é deixou-se de pensar em termos de grandeza para Aveiro, o que na realidade faz falta, não é preciso traçar todas as avenidas com quilómetros de comprimento, mas é de facto preciso pensar as coisas com outra largura de vistas. Continuando no uso da palavras referiu ainda que algumas ameaças concretas e no imediato se abatem sobre o futuro de Aveiro e uma delas é precisamente a do meio rural que está a ser negligenciado, a outra é a do urbanismo e o modo como está a ser fabricado dentro da cidade. A do meio rural tem a ver com o próprio funcionamento institucional a nível da Autarquia, pois falou-se no princípio deste mandato da necessidade de dotar as freguesias de maior autonomia, de maior responsabilização, transferência de verbas etc., em suma uma maior capacidade de cada freguesia autogerir-se; no entanto considerou que em relação a tudo isto o sistema não melhorou, funcionando como há meia dúzia de anos atrás. Entende que tal sistema terá que ser revisto. A defesa do meio rural passa pela defesa das freguesias rurais, os seus representantes tem que avaliar em cada momento o que é melhor e mais desejado para as suas próprias populações. Relativamente ao urbanismo, manifestou o desejo de que venha a esta Assembleia o famoso projecto sobre o Cojo, para que a Assembleia possa ver e avaliar o que é que está definido para aquela Zona.

No uso da palavra o vogal Olinto Ravara, referiu que politicamente corrobora inteiramente aquilo que foi proferido pelo seu colega de bancada Dr. Victor Mangerão.

Passando analisar o Relatório de Actividades, começou por salientar que o próprio artº. 33º. do Decreto-Lei nº. 341/83, que regulamenta a sua elaboração, refere que este deve explicitar por outros elementos a execução do Plano de Actividades do ano anterior. Isto é claro, todavia não foi entendido de acordo com o sentido que a lei lhe dá com toda a clareza. Prosseguindo, referiu que o Relatório não tem consistência, é um somatório de pequenos relatórios desconexos, que não têm qualquer afinidade com o Plano de Actividades do ano anterior, não sendo por isso possível fazer-se uma análise

*Alcides*  
*João*

entre aquilo que foi planeado e aquilo que foi executado. Disse também que apesar do relatório ser um "relambório" de atribuições de subsídios, não diz quanto é que se gastou em cada actividade, havendo no entanto um ou outro serviço que o fez; porém quem tinha obrigação de dar consistência ao conjunto do relatório falhou profundamente, ficando-se assim sem se saber quanto é que custaram as obras que foram feitas pela Câmara no ano transacto.

Relativamente à Conta de Gerência, disse não compreender como é que há verbas de natureza residual que atingem 113 mil contos, como é o caso da verba correspondente à classificação 09 09 03 08 - Despesas de Capital - Outros, não sabendo o que significa "Outros". Considerou portanto que isto não é de maneira nenhuma um espelho do que deve ser ou do que foi a actividade da Câmara, achando mesmo um abuso contabilístico" perante a opinião e o julgamento dos municípes.

No que se refere ao Relatório de Actividade dos Serviços Municipalizados, disse notar-se uma abordagem mais cuidada, mais séria daquilo que foi feito, nota-se de facto consistência e nota-se que houve uma maior preocupação em fazer a comparação entre aquilo que foi orçamentado e aquilo que foi realizado, tornando-se por isso, muito mais claro, mais transparente para uma análise e para uma avaliação do trabalho realizado, podendo-se ver nas suas conclusões que os Serviços Municipalizados lutaram com imensas carências financeiras. Porque é que foi projectado um Plano de Actividades com 4 milhões e 500 mil contos e porque aparece no Relatório de Actividades com 3 milhões cento e trinta mil contos? porque é que há um diferencial de 1 milhão e 250 mil contos? onde é que está essa diferença - será que foi por causa disso que houve uma redução de 30% das verbas canalizadas para os Serviços Municipalizados? Entende estes aspectos importantes, pois são questões que devem preocupar todos os municípes, questões às quais o Relatório não responde nem o Sr. Presidente da Câmara, que se esperava que esclarecesse cabalmente.

No uso da palavra o vogal Jorge Nascimento, disse não poder partilhar na totalidade com as afirmações aqui proferidas pelas várias bancadas, concretamente com a bancada do P.S. e do P.S.D., sobretudo com esta última. Disse entender perfeitamente que se tratam de intervenções políticas, compreendendo-se também que tais intervenções políticas nem sempre tenham um cunho realista e manifestamente no caso em apreço não o têm. Ao analisar-se um Relatório de Actividades a primeira interrogação que se deve colocar é simplesmente esta - o que deve ser um Relatório de Actividades? para este Vogal um Relatório de actividades, é a descrição do que foi feito num determinado período, neste caso relativo ao ano de 1990. Do seu ponto de vista o presente relatório exprime claramente todas as actividades desenvolvidas

.19.

Seguidamente usou da palavra o vogal Rogério Madal, para no âmbito da discussão do Relatório de Actividades, considerar que seria normal que um documento deste tipo apresentasse uma filosofia de gestão, isto é, que fizesse considerações sobre os objectivos pretendidos, sobre aquilo que não foi conseguido etc, porém essa filosofia de gestão não está patente. No que se refere à sistematização do Plano em relação ao Relatório de Actividades, há de facto uma desconexação um desajustamento. Analisando o documento em termos financeiros, nota-se um aumento do passivo financeiro, nota-se também uma penalização dos Serviços Municipalizados, hipotecando-se obras que são fundamentais para o desenvolvimento dos Serviços Municipalizados. A terminar, salientou que o Relatório dos Serviços Municipalizados, apresenta-se de uma forma bastante mais correcta.

Usou novamente da palavra o Vogal Custódio Ramos, para dar alguns esclarecimentos de pormenor relativos à sua intervenção, considerando mais uma vez que se trata de um documento insípido, sem qualquer consistência, isto é, falta-lhe a filosofia que deveria ter sido introduzida pelos responsáveis da gestão municipal.

Entretanto saiu da sala o vogal Rogério Leitão.

Novamente no uso da palavra o Presidente da Câmara, lembrou que aquando da apresentação do Plano, logo no primeiro ano do mandato, foi referido que o Plano de Actividades para 1990, era um documento que tinha sido elaborado numa altura em que alguns membros da Câmara estavam com o mandato suspenso e que logo de início pensa ter alertado que não era possível cumprir todo o Plano de Actividades. Documento esse elaborado pelos vários sectores, pelos responsáveis de cada sector que introduziram no Plano tudo aquilo que seria desejável. Daí, ter referido aquando da sua intervenção anterior, que o plano de 1990, como também muitas vezes foi dito nesta Assembleia, que seria um documento de intenções, em suma, é esta a condicionante que está na base deste mesmo Relatório. Pensa também ter dito que o ano de 1990, era um ano de dificuldades financeiras e que a grande prioridade da Câmara em 90, seria acertar as suas finanças, resolver portanto o problema da liquidez, uma vez que há dois três anos vinha-se a verificar uma derrapagem financeira que criou à Câmara algumas dificuldades de tesouraria. Em suma, salientou que o objectivo de 1990 era fundamentalmente o de se procurar atingir o equilíbrio financeiro da Câmara, crendo que de facto esse objectivo foi praticamente alcançado, enfim uma situação de tesouraria que permite resolver os compromissos de curto prazo, todos a trinta dias, situação que disse pensar não ser muito frequente nas várias Câmaras do País, neste momento. Prosseguindo, disse que este Relatório

*Handwritten signature and scribbles in blue ink at the top right of the page.*

de Actividades enferma disso, disse também não ir ser contra o verbalismo do Dr. Victor Mangerão e algumas considerções judiciosas que teceu, mas eivadas de afirmações bem feitas, mas que são afirmações políticas. Disse ter sido sua intenção, que este Relatório fosse fundamentalmente um Relatório Técnico. Fala-se na "alma", que o mesmo não tem "alma", entende porém que a "alma" tem que estar no Plano. Considerou também que se está a misturar muito a discussão do Plano de Actividades, com a discussão do Relatório. Por outro lado, disse ser o primeiro a reconhecer que o Relatório podia ter uma envolvência verbal muito maior. Quanto ao facto de ter dito que o Relatório foi elaborado pelos Serviços, fez questão de salientar que foi feito por cada um dos sectores, com elementos dados pelos Serviços, havendo textos no Relatório que são directos dos Serviços, portanto da pessoa responsável pelo complemento do Plano nesta área, e aqui deparamos com uma contradição - alega-se que a Câmara é muito personalizada, todavia quando se despersonaliza ou se descentraliza, diz-se que o Relatório "é uma manta de retalhos", é evidente que este argumento é falacioso, é verdade que se podia ter dado outra conexão ao Relatório, com mais verbalismo, com um texto introdutório de cada um dos objectivos etc. Por outro lado pensa que a Câmara no ano de 1990, foi um órgão fundamentalmente de gestão. Referiu ainda que em Portugal os problemas de gestão começam a ser extremamente absorventes em relação aos autarcas, uma vez que se nota cada vez menos que os autarcas em Portugal são menos políticos e cada vez mais funcionários no poder local; em vez de se investir no aperfeiçoamento dos Quadros e na libertação dos políticos, o que está acontecer é que os políticos estão a ser profissionalizados. Esta é, em suma a realidade de quem está à frente dos destinos de uma Câmara. Apesar dos defeitos que este Relatório tem, elaborou-se desta forma, exactamente para habituar os Serviços e dar a cada Vereador a possibilidade de introduzir a sua "marca", dando-se assim um contributo valioso para que a Câmara deixe de ser o tal órgão personalizado tão apregoado pela oposição.

Prosseguindo e relativamente à Conta de Gerência, disse que a mesma foi submetida ao Tribunal de Contas em finais de Maio. Houve de facto algum atraso na elaboração deste documento, esperando no entanto que no próximo ano seja apresentada mais cedo em termos de apreciação pela Assembleia, embora a lei diga que esta é apresentada ao Tribunal de contas independentemente da aprovação da Assembleia.

Ainda no que se refere à Conta de Gerência, lembrou que esta tem um espécime orçamental tipificado e tem também um sistema de classificação de despesas que está definido na Lei - "a Câmara não inventou nada"; "felizmente que o Presidente da Câmara confia completamente nos Serviços de Contabilidade e Tesouraria, a responsabilidade é destes Serviços - a Câmara não interfere nunca na Conta

21.  
*[Handwritten signature]*

de Gerência, trata-se de um documento técnico elaborado pelos Serviços - não há portanto "buracos" orçamentais, nem questões escondidas".

Relativamente à filosofia de gestão, salientou que esta está fundamentalmente no Plano de Actividades e não no Relatório. Disse entender que a posição da Câmara é a de aceitar as críticas que sejam correctas e justas como algumas que foram feitas, tendo em conta também que foi um ano extremamente difícil e dominado pelas questões já referidas - a Câmara fez um Relatório Político, intencionalmente, pois muito embora fosse fácil fazê-lo não enveredou por esse caminho, por considerar que o facto de escrever o dobro das páginas, com palavreado bonito, de grandes ideias e de grandes ambições, não significava que pudessem ser realizadas.

No que se refere à questão do Urbanismo, disse pensar que o Relatório não éo documento adequado para tratar da matéria, considerando muito mais oportuno e próprio para se discutir tais problemas; os debates sobre o Plano, os Planos de Pormenor etc.. Afirmou também que pelos testemunhos que têm, Aveiro é uma Cidade livre e aberta, com boa qualidade de vida e longe de se poder considerar extremamente densificada. Apesar de reconhecer alguns erros do ponto de vista urbanístico, salientou também que neste domínio nem sempre os Arquitectos estão de acordo, sendo raro encontrar dois arquitectos com opiniões convergentes sobre o mesmo projecto; pelo que disse ter a sensação que as afirmações proferidas foram excessivas e contrariam a opinião de muitos técnicos qualificados, que apontam exactamente no sentido contrário.

Usando seguidamente da palavra a Vereadora Amélia de Brito, prestou alguns esclarecimentos relativos à matéria em apreço, salientando que os Serviços não têm que assumir responsabilidades na elaboração do Relatório, mas sim os Vereadores responsáveis pelos diversos pelouros. Disse estar absolutamente de acordo que um Relatório de Actividades deve ser informado em termos de uma política de intervenções Camarária, em termos de prioridades e de definição de objectivos. Todavia chamou atenção para o facto do Plano de Actividades de 1990, aprovado por esta Assembleia não ter qualquer filosofia de gestão camarária a informar o mesmo; considerando que deveria de existir um filosofia de Gestão camarária em termos de definição de prioridades e o que de facto existe é apenas um referencial aprovado pela Assembleia Municipal, de projectos e programas em 90, tendo-se a Câmara comprometido perante a Assembleia a cumprir esses projectos e programas e é em função desses projectos que se elaborou o presente Relatório de Actividades, daí que tivesse que haver condicionantes. Outra condicionante que existiu na elaboração do Relatório, foram sem dúvida as dificuldades funcionais que impediram o cumprimento de uma série de compromissos que

*Handwritten signature and scribbles in blue ink at the top right of the page.*

informam o Plano de Actividades de 90, aprovado pela Assembleia. A terminar, referiu que na elaboração deste Relatório, teve-se como referencial fundamental, ( mediante as condicionantes já citadas) um conjunto de actividades que a Câmara se propôs executar e que esta Câmara mercê de um processo democrático eleitoral as assumiu e que cumpriu como lhe foi possível. Em suma, este Relatório reflecte apenas, aquilo que foi possível efectivamente cumprir.

No uso da palavra o Vogal Victor Mangerão, referiu que ninguém pode acusar a bancada do P.S.D. de fazer obstrucionismo à Câmara, muito menos ao C.D.S. que detêm a maioria na Câmara Municipal, uma vez que ainda há bem pouco tempo um ponto extremamente polémico que tinha implicações de ordem política/partidária muito importantes, foi assumido pela bancada do P.S.D., votando em unanimidade a favor de uma proposta que era uma vantagem política e não apenas de ordem económica ou de gestão para a Câmara liderada pelo C.D.S. - foi a questão do terminal T.I.R.; e se as pessoas estão agora a minimizar isso, é pena, pois não deviam esquecer esses pontos de referência para pautar a conduta da sua bancada. Esclareceu também que não defende a personalização pela personalização, também não a vai buscar como alibi para nada, nem a utiliza como arma de dois gumes - considerando portanto que a personalização até na medida em que a legalidade que enquadra a vida das autarquias define isso muito bem, o Presidente da Câmara é em si mesmo um poder, um estandarte e no caso do Dr. Girão Pereira, é óbvio, e ainda bem que ele assume a Câmara Municipal - "habitou-nos a isso". No entanto disse ter pena, que em determinado momento aquilo que considera intervenção política positiva e importante até como ponto de referência para si em termos político/partidários, não seja assumido em determinados momentos por parte do Dr. Girão Pereira, como Presidente da Câmara (isto não é pretender mais literatura), porém reputa fundamental uma linha de orientação assinada por quem de direito. Isto não é minimizar o papel dos Serviços, muito menos dos Srs. Vereadores, nem é colocar em último Plano a questão da autonomia e da responsabilização de cada sector da Câmara - bem pelo contrário, entende que não é contraditório defender-se em termos funcionais a autonomia dos departamentos, a autonomia dos pelouros e ao mesmo tempo que quem é o timoneiro, assuma o comando do barco "É um grande barco, são milhões de contos dentro de um concelho com estas freguesias todas e já com uns centos de milhares de habitantes e com muitos problemas. Isto não é pedir demais, isto é esperar aquilo que é uma justa expectativa, para umas coisas o Dr. Girão fala em nome do Concelho, para outras coisas acha que não é preciso escrever duas linhas".

Continuando no uso da palavra, referiu que não se deve mistificar o problema do Plano e do Relatório, este Relatório é em função de um determinado Plano e se esta Assembleia aprovou esse Plano também o aprovou com abertura, dado tratar-se do primeiro mandato desta Assembleia - "a Câmara inclusivé o seu Presidente estava ocupado pelas eleições não se debruçou suficientemente sobre o Plano e agora parece que se quer fazer uma critica a esta Assembleia por estar a criticar o Relatório, porque aprovou o Plano que está por detrás do Relatório. Não! agradeçam-nos o Plano ter sido aprovado sem problemas e aceitem que a gente critique, quando o Relatório daquilo que estava planeado não corresponde às expectativas que tínhamos". A terminar disse pensar que a Câmara deveria ser mais ambiciosa nos planos que faz, e isto não é ter a mania das grandezas, nem sequer é exorbitar daquilo a que se tem direito a ambicionar - "qualquer dia haverá novamente eleições e nós não andamos aqui simplesmente para passar umas noitadas - andamos aqui empenhados em melhorar aquilo que consideramos que é fundamental para Aveiro".

Novamente no uso da palavra o Vogal Olinto Ravara, disse não aceitar a afirmação de que a situação financeira da Câmara está normalizada; isto porque em 31 de Dezembro do ano transacto, a situação financeira da Câmara, suscitava-lhe sérias dúvidas. Disse também que não pode estar de acordo com a Vereadora Amélia de Brito, ao pretender justificar a pobreza de apresentação deste Relatório, ao referir que não havia filosofia na apresentação do Plano; considerando que isso não é de modo algum justificação para que o Relatório tenha sido apresentado nos moldes em que foi.

Usando novamente da palavra o Vogal Custódio Ramos, teceu algumas considerações relativas à matéria concluindo que os esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente da Câmara estivessem sintetizados no Relatório, isto é , "dizendo que a Tesouraria afinal era boa, embora tenha sido má em resultado de uma derrapagem", se tivesse dado todas as explicações por escrito, complementadas por aquilo que disse também a Vereadora Amélia Brito, pensa que dessa forma não teria havido azo a tanta discussão e tudo seria mais claro.

Usou novamente da palavra o Vogal Rogério Madail, para referir que não entende como é que é possível pretender-se atingir um equilíbrio financeiro quando há um aumento do passivo de mais de meio milhão de contos e se fizer-mos a comparação com o Orçamento há também um acréscimo de 156 mil contos. Será que isto é um objectivo de equilíbrio financeiro? Qual é o passivo actual da Câmara Municipal?

Usando novamente da palavra o Presidente da Câmara

esclareceu que o passivo financeiro de meio milhão de contos corresponde a empréstimos de curto prazo para o empreendimento habitacional de Santiago. Relativamente à actual situação financeira da Câmara, lembrou que foi aprovado recentemente nesta Assembleia um empréstimo de 80 mil contos, cujo montante a Câmara não teve ainda necessidade de utilizar, sendo este o único empréstimo contraído pela autarquia. A Câmara neste momento está a satisfazer os seus compromissos com os fornecedores a trinta dias; muito embora se tenha cabimentado muita coisa, portanto os lançamentos de todas as obras das Freguesias, estão cabimentadas, são compromissos da Câmara, é evidente que neste momento a Câmara não tem capacidade de Tesouraria para solver todas essas obras no entanto são obras que se vão desenrolar ao longo de três, quatro meses, estando também a Câmara a contar com as receitas que entretanto virão até essa altura. A Câmara terá que se responsabilizar pelos empréstimos contraídos pelos Serviços Municipalizados, daí uma certa prudência na contracção de empréstimos pela própria Câmara, na medida em que, uma forma de fazer cobertura financeira aos Serviços Municipalizados é dar o aval aos próprios empréstimos contraídos por estes Serviços para fazer face aos seus investimentos e às despesas correntes, à parte este aval aos Serviços Municipalizados a Câmara não tem com a banca qualquer tipo de empréstimo. Esta é em suma a situação financeira da Câmara.

Imediatamente a seguir o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia na generalidade o RELATÓRIO DE ACTIVIDADES - CÂMARA MUNICIPAL, referente ao ano de 1990, tendo o mesmo merecido aprovação por dezassete votos a favor, doze contra e cinco abstenções.

Seguiram-se várias declarações de voto nos seguintes termos:

Do Vogal António Salavessa: - "Embora o Relatório de Actividades seja um documento que vincula principalmente quem o redige e portanto a posição mais natural seria a abstenção, eu concordo com as objecções de carácter técnico que foram aqui estabelecidas. Portanto acho que não corresponde mínimamente, não corresponde às exigências legais e é por isso que votei contra".

Do Vogal Custódio Ramos: - "a nossa bancada absteve-se, porque efectivamente não queria criar problemas em ordem a inviabilizar a gestão normal da Câmara. Efectivamente fizemos as críticas que entendemos justas, mas isso não significa porque nada resolvia, que tivéssemos que votar contra e como tal criar dificuldades ao Executivo. Por outro lado isso significa também criar uma certa expectativa positiva em ordem a que no próximo ano, quando estivermos a discutir o Relatório do ano em curso, tenhamos efectivamente presente um documento com maior explicitação, idoneidade e fundamentação que neste não encontramos".

.25.  
*Victor Mangerão*

Do Vogal Victor Mangerão: - "nós votamos contra em função das críticas que aqui expusemos, porque considerámos que o Relatório não corresponde às expectativas justas que tínhamos em relação à actividade da Câmara e sobretudo à forma como foi fundamentada. E também porque pretendemos desta forma, abertamente fazer um sério aviso à gestão camarária de que de futuro nos próximos Relatórios tem de proceder com outra coerência e com outra transparência e com outra responsabilização política, perante esta Assembleia".

Do Vogal Armando Vieira: - "votei contra pela seguinte razão: quando da discussão do Plano de Actividades de 1990 e ao ser levantada a questão da forma um tanto ligeira como estava a ser apresentado o Plano de Actividades, foi explicado dado o contexto em que nos encontrávamos que teria que aprovar o documento e posteriormente (e isto aqueles que estavam na anterior Assembleia como eu, sabem que isto aconteceu), portanto seria aprovado aquele documento, comprometendo-se a Câmara a reformular o Plano de Actividades de 1990, já no decurso de 1990. Eu entendia que pela parte que me toca estava bastante prejudicado e o meu voto contra, é um voto contra o Plano de Actividades de 1990, onde eu em função da análise deste Relatório, apesar de limitado, constatei que a minha freguesia foi fortemente prejudicada, quase desapareceu do mapa, foi por isso o meu voto contra".

Do Vogal José Luis Christo: - "Eu votei sem dúvida alguma favoravelmente o Relatório de Actividades, exactamente pelas críticas que foram feitas pela oposição - é que as críticas da oposição substancialmente em nada puseram em crise a realização das obras que constam deste Relatório de Actividades. A alma que não está aqui expressa em termos demagógicos como alguns surgeriram que devesse ter sido feita - a alma está apesar das dificuldades financeiras que a Câmara teve, está na realização das obras que constam do Relatório".

#### ESPECIALIDADE

No uso da palavra o Vogal Armando Vieira, referiu que ao analisar este Relatório e concretamente programa 03 - Limpeza, verifica que por exemplo a sua freguesia, que é muito maior do que a de Nariz, tem apenas um vidrão, apesar de insistentemente ter solicitado pelo menos três, enquanto que a de Nariz tem dois. Relativamente à Saúde, salientou que as instalações da unidade de Saúde de Oliveirinha estão inadequadas, ultrapassadas e obsoletas. No Desporto, disse verificar que a Câmara está a dar um maior apoio a Clubes que não têm a implantação e o número de atletas, do Clube de Oliveirinha, concretamente ao F.C. Bonsucesso. Referiu também que a verba

para apoio à Pista de Atletismo do Campo de Oliveirinha, foi diminuída percentualmente. Disse ainda que se pode verificar sucessivamente ao longo de vários anos, que a freguesia de Aradas é fortemente beneficiada, pois ainda no ano transacto, considerado ano de crise, foram transferidos 25 mil contos para aquela freguesia. A terminar, disse lamentar profundamente o facto de verificar que continua haver uma partidarização da vida Municipal.

No uso da palavra o Vogal Olinto Ravara, disse que relativamente ao Relatório, nota-se disparidade na atribuição dos subsídios sejam eles quais forem, pelo que manifestou o desejo de saber qual a política da Câmara na atribuição desses subsídios. Disse também causar-lhe estranheza, as verbas que estão escrituradas a título de transferência para as Juntas de Freguesia, pois não entende porque é que umas receberam mais que outras. A terminar e no que se refere à Sisa, disse não perceber o mapa das receitas do Capítulo 01.

O Vogal Victor Mangerão, referindo-se à área do Desporto, concretamente ao atletismo, informou que há um protocolo assinado pela Associação Distrital de Atletismo e pela D. G. Desportos, em função inclusivé de uma grande quantidade de material que a D.G.D. colocou em Aveiro e que tornou Aveiro na principal Pista Coberta de Atletismo do País, obrigando-se a Câmara a cumprir esse protocolo, que se traduzia na disponibilização do Pavilhão Rectangular. Todavia, esse protocolo tem-se vindo a degradar de ano para ano, por ocupação que a Câmara vem oferecendo deste espaço, dentro do período do ano que deveria de estar disponível para o atletismo, contrariando assim o que está definido protocolarmente. Acrescentou ainda, que desde que é Presidente da Associação de Atletismo de Aveiro, este organismo nunca mais recebeu qualquer subsídio da Câmara Municipal, apesar de ter sido solicitado. Assim, já que não é atribuído qualquer subsídio, que ao menos seja cumprido o que está estabelecido protocolarmente, caso contrário corre-se o risco de no próximo ano, pura e simplesmente não se realizar em Aveiro mais nenhuma prova da época de Inverno do Atletismo Nacional Federado, porque simplesmente não haverão disponibilidades efectivas de oferecer o Pavilhão Rectangular com o respectivo tapete de tartan. Prosseguindo, referiu-se também ao mau estado da Pista do Estádio Mário Duarte, o que impossibilita a prática do atletismo, lamentando profundamente, pois é uma pena porque Aveiro estava no primeiro plano de gabarito a nível do Atletismo Juvenil, e no momento está a ser ultrapassada por outras cidades. A terminar, referiu que o que consta neste Relatório no âmbito desta matéria não corresponde à verdade, no entanto gostaria que no próximo Relatório este assunto fosse levado em consideração.

Entretanto saiu da sala o Vogal Nuno Tavares.

Novamente no uso da palavra o Presidente da Câmara, referiu que é evidente que o protocolo relativo à Pista de Tartan, está condicionado à utilização do Pavilhão, sendo este aspecto implícito no acordo na altura em que foi celebrado com a D.G.Desportos. O que de facto tem acontecido é que o Pavilhão tem tido ocupações cada vez mais frequentes, com grande interesse para Aveiro, prejudicando assim a Pista. Lamenta no entanto que a outra pista não tenha arrancado (Pista da Universidade), porque essa resolveria de certa forma os problemas. Todavia, trata-se de um problema que ultrapassa o âmbito da Câmara.

Relativamente à Pista de Atletismo do Estádio Mário Duarte, disse que mesmo quando esta está em boas condições é minimamente utilizada e quando está impraticável a Associação de Atletismo, deveria de alertar a Câmara para esse aspecto, pois a autarquia tomaria medidas tendentes a solucionar o problema.

Ainda no âmbito do Desporto, referiu que o apoio dado ao F. C. do Bonsucesso, veio na sequência da subida deste Clube ao escalão maior do hoquei patinado, nacional, premeando-se por isso, dessa forma o referido clube. No que se refere à freguesia de Oliveirinha, disse que ainda no ano transacto a freguesia em causa, foi contemplada com a construção de Piscinas, obra essa no montante de doze mil c. A terminar e no que se refere à atribuição de subsídios, salientou que a política da Autarquia neste âmbito, consiste em privilegiar os subsídios ao investimento.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Rogério Leitão.

Usaram seguidamente da palavra os Vereadores Amélia Brito e Ferreira da Maia, para prestarem alguns esclarecimentos sobre a política de Saúde, Educação e Ensino que a Autarquia tem vindo a praticar no Concelho de Aveiro.

Imediatamente a seguir o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia, o RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA - 1990, na especialidade, tendo o mesmo merecido aprovação por dezoito votos a favor e dezasseis abstenções.

Seguiram-se declarações de votos dos vogais: - Custódio Ramos, nos seguintes termos: -"a bancada absteve-se mantendo o sentido de voto que foi feito na generalidade".

Do vogal Armando Vieira, nos seguintes termos: - "eu abstenho-me, é com tristeza que o faço, há bocado votei contra, agora tenho que me abster, as pessoas podem pensar que é uma posição politica, não é tal, o Sr. Engº. Víctor Silva, que mais de perto trata comigo, sabe tão bem como eu, quais foram os investimentos. Se excluirmos realmente a Piscina que eu esqueci há bocado de falar e é uma obra que já vem de dois

Presidente antes de mim, e eu já estou há cinco anos na Junta, se excluirmos essa obra, nada foi feito em Oliveirinha, daquilo que foi prometido fazer-se, e eu lamento e depois ao verificar que para determinadas freguesias, algumas delas de menor importância que a freguesia de Oliveirinha, foram transferidas verbas incomparavelmente superiores, não posso ter outra posição, e espero que a Câmara me compreenda".

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES - 1990 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

GENERALIDADE

DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 20 DE MAIO DE 1991: - "SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES RELATIVOS AO ANO DE 1990: - Foi presente a Conta de Gerência dos Serviços Municipalizados relativa ao ano de 1990, a qual apresenta um saldo da gerência anterior de vinte e seis milhões quatro mil cento e vinte e sete escudos e dez centavos, uma receita de oitocentos e oitenta e seis milhões três mil cento e setenta e um escudos e oitenta centavos, uma despesa de oitocentos e sessenta e dois milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e noventa escudos e setenta centavos e um saldo para o ano seguinte de vinte e três milhões quinhentos e cinquenta mil seiscentos e oitenta e um escudos e dez centavos. Foi deliberado, por unanimidade, aprovar aquele documento, o qual deverá ser submetido à consideração superior nos termos legais.

Foi também presente o Relatório de Actividades dos mesmos Serviços, relativo ao mesmo ano, o qual após breve análise e troca de impressões, foi deliberado, por unanimidade, considerar aprovado e vai ser submetido à Assembleia Municipal nos termos legais".

No uso da palavra o Vereador Victor Silva, fez apresentação do Relatório de Actividades dos Serviços Municipalizados, sintetizou a actividade desenvolvida pelos vários sectores dos Serviços e considerou que de um modo geral o Plano foi cumprido.

Seguidamente, colocou-se à disposição da Assembleia para eventuais esclarecimentos.

Aberta a discussão usou da palavra o vogal Olinto Ravara. Teceu elogios à forma como o Relatório foi apresentado e pretendeu saber quais as obras que deixaram de ser executadas por falta de verba, bem como as razões que levaram à retenção de fundos pela Câmara Municipal.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Cruz Tavares, para no âmbito da análise e discussão do Relatório dos Serviços, referiu que as contas estão certas e por isso dá os parabéns à respectiva administração, pois

*Handwritten signature and scribbles at the top right of the page.*

parece-lhe um Relatório exaustivo e esclarecedor. Do mesmo, transparece que existe de facto da parte de todos os trabalhadores, dos quadros e de todo o pessoal dos Serviços, um esforço, dedicação e vontade de ultrapassar as dificuldades existentes.

Prosseguindo, referiu que como é do conhecimento de todos, o Relatório diz respeito aos Serviços Municipalizados, que têm a seu cargo o desempenho de acções em três sectores básicos - abastecimento de águas; tratamento de efluentes residuais e Transportes Colectivos. Em relação a cada um destes sectores e na parte que respeita ao abastecimento de água, lamentou a situação que tem ocorrido nos últimos anos quer em termos de quantidade, quer em qualidade. Referiu que talvez se tenha a noção que se trata apenas de um problema técnico ou de um problema de falta de financiamento. Todavia, salientou que teve já oportunidade de dizer que por trás do problema da água em Aveiro, existe um problema de disputa política! Aproveitou a circunstância para lembrar que nos primeiros anos da década de 80, a presidência desta Câmara afirmou publicamente que Aveiro tinha o seu problema de água resolvido por vinte anos - isto foi em 81 ou 82, estamos em 91 - face a esta afirmação o problema de água em Aveiro, estaria solucionado por mais dez anos pelo menos. Esta situação, deu como resultado, uma falta de empenhamento político no acompanhamento e no reforço das acções de pesquisa de financiamento da acção intermunicipal para o Carvoeiro, que deu como resultado termos o panorama actual que só poderá ser resolvido em definitivo daqui a dois três anos. Por isso, afirmou que há uma responsabilidade pessoal e partidária da parte da presidência desta Câmara, tanto mais que o empenhamento nessa altura não existiu pelo facto da iniciativa do Carvoeiro pertencer a outro partido político. Assim, a ocasião que era excelente nessa altura não foi aproveitada. A questão da água portanto não é espontânea, não surgiu por caso - é um assunto que poderia hoje ser um ponto de perfeita tranquilidade em relação aos Aveirenses, contudo é uma preocupação em relação ao futuro. Vê-se que foram feitas algumas acções para ultrapassar o problema da água (três captações), porém são soluções que terão naturalmente um tempo de vida muito limitado - quando o carvoeiro estiver a funcionar todo este investimento será parcialmente desaproveitado.

Relativamente ao Sector do Saneamento, pode-se ver as preocupações do Conselho de Administração dos Serviços que nos dá uma mensagem que é necessário ser salientada - refere-se que no ano de 90, houve grande recessão no domínio das obras de esgotos domésticos, isto é foram feitos menos 69% em 89, com evidente reflexo na ampliação da rede colectora, menos 20 % do valor atingido em 89. Disse entender isto como uma mensagem a esta Assembleia, que a deve receber e tirar ao mesmo tempo as ilacções completas do que isto significa. Por outro lado, referiu que se comenta, inclusivé

*Theresa*  
*Julia* .30.

entre aquelas pessoas que estão a ser beneficiadas com piscinas, com Recintos Polivalentes, que perguntam o porquê de uma Piscina, que é utilizada durante três meses e não se constroem esgotos? o porquê de termos Campos Polivalentes que são descobertos e que podem apenas ser usados quando está bom tempo, quando não se tem esgotos?. Por tal facto pretendeu saber qual o critério de prioridades adoptado pela Câmara no âmbito desta matéria.

Relativamente aos transportes Colectivos, existe também uma mensagem e põe a descoberto tudo aquilo que afectou o funcionamento dos Serviços. Se atentarmos no estado em que se encontram os meios de transporte dos S.T.U.A., verifica-se por exemplo que a frota de autocarros que actualmente circula na cidade e se estivessemos num país com normas de circulação automóvel mais apertadas, uma grande percentagem, talvez mesmo 80% das viaturas não pudessem circular na cidade - de 37 autocarros existentes, 31 têm mais de 9 anos, havendo mesmo alguns com 32 anos; existem apenas 6 autocarros com menos de 5 anos.

Seguidamente fez referência às más condições e falta de segurança no trabalho, com que todos os dias se debatem os funcionários dos Serviços Municipalizados, realçando ainda a falta de instalações adequadas ao desempenho de um bom trabalho e que têm vindo a ser prometidas há vários anos. Isto tudo num pano de fundo mais geral, onde se verifica que sendo prevista uma transferência na ordem dos 400 mil contos para os Serviços Municipalizados, porém tal transferência não chegou atingir os 100 mil contos. Assim, ao contrário do que é natural, utiliza-se os Serviços Municipalizados como fonte geradora de verbas para a Câmara Municipal - o movimento de verbas que deveria ser do Município para os Serviços Municipalizados está há longos anos a ser invertido e não têm havido retorno, pois desde 1980 que os Serviços Municipalizados, têm gerado avultadíssimas verbas para a Câmara, a começar pela famigerada nacionalização dos serviços de distribuição de electricidade que num golpe apenas, gerou 250 mil contos para os cofres da Câmara. Depois dessa transferência os terrenos que pertenciam aos Serviços Municipalizados e que foram vendidos em hasta pública pela Câmara Municipal, geraram de igual modo dezenas de milhares de contos para os cofres da Câmara, sem que tenha havido o correspondente retorno. De igual modo as taxas de urbanização, cujos trabalhos são feitos fundamentalmente pelos Serviços Municipalizados (rede de águas, rede de esgotos, etc), cujas taxas cobradas pelo Município revertem mais uma vez para os cofres da Câmara - e o retorno?

A terminar, disse que os Serviços são constituídos por gente de boa fé, gente de boa paz, pelo que têm a sua admiração. Contudo não podem continuamente serem marginalizados - as condições dos Serviços Municipalizados de Aveiro, têm que vir ao de cima, tem que se saber como é que os mesmos

funcionam e a posição que ocupam na hierarquia de prioridades deste Município, nomeadamente desta Presidência.

No uso da palavra o vogal Custódio Ramos, começou por perguntar qual o montante dos empréstimos assumidos e autorizados por esta Assembleia, que foram transferidos para os Serviços Municipalizados.

Continuando no uso da palavra, referiu-se à má qualidade da água na zona de Esgueira, pedindo explicações sobre este problema. Abordou ainda a problemática relacionada com as más condições de segurança e higiene no trabalho, num sector público como são os Serviços Municipalizados e comparando nesta área, o sector público e privado, salientou que os maiores contraventores se encontram no primeiro, uma vez não cumprem minimamente as normas legais estabelecidas para o efeito. Referiu-se à descapitalização gradual dos Serviços Municipalizados, bem como à carência de instalações condignas. A terminar, disse que apesar do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, apresentar um Relatório muito bonito, têm culpas relativamente à situação em que se encontram estes serviços, na medida em que nada fazem para alterar a situação, em seu entender, se os membros do referido concelho não estão satisfeitos pela falta de condições para praticarem uma boa gestão, devem tomar posições drásticas como forma de chamar atenção sobre o problema, inclusivamente devem demitir-se.

No uso da palavra o vogal Jorge Nascimento, considerou o documento em discussão muito bem elaborado e atendendo às condições financeiras destes Serviços, referiu que o Plano de Actividades foi cumprido na medida do possível. Disse também não lhe merecem críticas as despesas feitas, pois entende que as mesmas são adequadas ao estilo que é exigível de uma autarquia, de uma forma de vivência da sociedade que a autarquia integra. Relativamente à receita extraordinária proveniente da venda de terrenos, disse que o que é facto é que esse dinheiro é gasto em proveito do Município. É evidente que se essas receitas não fossem aplicadas, seria óbvio que o Presidente do C. A. dos S. Municipalizados não vai tirar dinheiro do bolso dele para fazer obras, nem o Sr. Presidente da Câmara o faz, evidentemente que aplica as receitas quer ordinárias, quer extraordinárias, pois se não canalizasse para os gastos da autarquia essas receitas, teria feito menos obras, por tal facto também não vê muito bem que a crítica aos gastos colha muito bem.

Novamente no uso da palavra o Vereador Victor Silva, salientou que o trabalho deste Relatório é fruto de todo um trabalho dos funcionários, dos quadros técnicos, bem como de todos os membros da C. Administração, traduzindo assim o resultado de um esforço de equipa.

Relativamente às obras que ficaram por executar, salientou

os trabalhos de saneamento no Bonsucesso, o saneamento na freguesia de Stã. Joana e Azurva. Ficou por concluir, estando no entanto em curso a 2ª. fase de saneamento ao sector Sul de Nariz. Ficou por concluir o abastecimento de Água a Oliveirinha, essencialmente por falta de meios financeiros. A freguesia de S. Bernardo em termos destas infraestruturas está em paridade com Oliveirinha. Existem também algumas Ruas em Eixo por concluir. Isto resulta em parte da falta de algum apoio financeiro. Disse pensar também que a Câmara não esbanjou dinheiro e como o suporte jurídico das dívidas dos Serviços Municipalizados, são a Câmara Municipal, daí que as dívidas contraídas ao longo do tempo as vá imputando à Câmara, porque é ela o suporte jurídico. Prosseguindo referiu que gostaria de ter os Serviços Municipalizados, mais bem instalados, todavia circunstâncias várias tem impedido a realização deste desiderato; no entanto tem esperança de vir a solucionar este problema o mais rapidamente possível, talvez ainda no ano em curso se dê um passo importante neste sentido. No que se refere à segurança nos S.T.U.A., salientou que a parte da frota mais antiga, tem sido beneficiada com grandes reparações, sendo ainda inspeccionada periódicamente, pelo que o problema da falta de segurança não se coloca. Relativamente à qualidade da água na Zona de Esgueira, salientou que de facto não é aquela que gostaria de ter, todavia pensa que ainda no ano em curso se vai dar um passo importante em relação a esta matéria, na medida em que foi conseguindo um novo furo na Zona da Qtã. do Gato, de boa qualidade e com um caudal razoável (30L/S), o que irá permitir uma maior qualidade da água e ainda uma maior tranquilidade quanto ao abastecimento para este ano, Contudo referiu que com isto, o problema da água não fica resolvido definitivamente, já que em termos de quantidade e qualidade passará forçosamente pela conclusão do Complexo Hídrico do Carvoeiro.

A terminar referiu que está em execução o projecto das novas oficinas dos Serviços Municipalizados, a implantar junto ao Centro Coordenador de Transportes, prevendo-se o lançamento da obra a concurso, ainda este ano. No que se refere à falta de segurança e condições de trabalho, disse reconhecer essa realidade que de alguma forma o preocupa, salientando que tudo fará no sentido de solucionar o problema, muito embora a tendência dos Serviços Municipalizados seja para cada vez mais fazerem menos obras por administração directa, contratando para o efeito empresas privadas. Assim, interroga-se se valerá a pena investir em equipamento de segurança, quando cada vez mais a vocação dos Serviços, será para a manutenção.

Não se registando mais intervenções, o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia o RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS

33.

MUNICIPALIZADOS, tendo o mesmo merecido aprovação por trinta e três votos a favor e uma abstenção.

Seguiu-se uma declaração de voto do vogal Armando Vieira, nos seguintes termos: - "votei a favor porque tenho uma simpatia muito especial pelos Serviços, pela forma de estar dos Serviços e de quem dirige os Serviços e pela humildade que ainda agora aqui ficou demonstrado, em reconhecer as limitações, as dificuldades, as falhas e quando assim é estamos todos de acordo, apesar de que votei a favor na esperança de que a freguesia de Oliveirinha, que tem sido a mais prejudicada na distribuição de água e o Sr. Eng<sup>o</sup>. Victor Silva, sabe disso. Temos um problema muito grave em mãos, na esperança de que isso seja resolvido ainda este mês se possível".

### RELATÓRIO DE ACTIVIDADES - 1990 SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

#### ESPECIALIDADE

Aberto o período de discussão, não se registou qualquer intervenção, pelo que de imediato o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia, na especialidade o RELATÓRIO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, tendo o mesmo merecido aprovação por trinta e três votos a favor e uma abstenção.

### CONTA DE GERÊNCIA - CÂMARA MUNICIPAL - 1990

#### GENERALIDADE

DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 15 DE ABRIL DE 1991: -"CÂMARA MUNICIPAL - CONTA DE GERÊNCIA RELATIVA AO ANO DE 1990:  
- Em sequência do já deliberado em 25 de Março, último, e 4 de Abril, corrente, foi novamente submetido à consideração do executivo a Conta de Gerência relativa ao ano findo, bem como todos os documentos que lhe são anexos, nos termos da legislação em vigor, tendo, de imediato, o Sr. Director dos Serviços Administrativos, esclarecido que não há qualquer impedimento legal em que alguns dos mapas anexos àquele documento tenham sido substituídos por mapas informatizados, face à resolução do Tribunal de Contas emitida sobre o assunto e publicada no Diário da República, II - Série, de 31 de Julho de 1990.

Seguiu-se troca de impressões, em que usaram da palavra todos os membros presentes, após o que foi deliberado, com quatro votos a favor e quatro abstenções, julgar quite aquela conta e remetê-la ao Tribunal de Contas para julgamento nos termos legais, a qual apresenta um saldo do ano

anterior em dinheiro de um milhão duzentos e sessenta e oito mil e trezentos e noventa escudos e vinte centavos e em documentos de um milhão seiscentos e setenta e três mil e setecentos e noventa escudos, o que dá um total de dois milhões novecentos e quarenta e dois mil cento e oitenta escudos e vinte centavos, uma receita de três biliões duzentos e setenta e dois milhões setecentos e oitenta e três mil trezentos e vinte e sete escudos, uma despesa de três biliões duzentos e setenta e dois milhões novecentos e sessenta e quatro mil cento e cinquenta e sete escudos e quarenta centavos e um saldo para o ano seguinte em dinheiro de um milhão oitenta e sete mil quinhentos e cinquenta e nove escudos e oitenta centavos e em documentos de quinhentos e cinquenta e três mil e oitenta escudos, o que dá um total de um milhão seiscentos e vinte mil seiscentos e trinta e nove escudos e oitenta centavos.

Os Vereadores Dr<sup>a</sup>. Maria Antónia e Eng<sup>o</sup>. Azeredo, apresentaram a seguinte declaração de voto: - "abstivemo-nos, dado que nos é difícil verificar o rigor da correspondência da Conta de Gerência de 1990 ao respectivo orçamento".

Os Vereadores Dr<sup>a</sup>. Amélia de Brito e Eng<sup>o</sup>. António Alves, apresentaram também a seguinte declaração de voto: "abstivemo-nos pelos seguintes motivos: o desfasamento em quase todas as rúbricas entre o orçamento e o efectuado e as explicações dadas às nossas dúvidas quanto a esta matéria, na generalidade. não nos convenceram, na especialidade, as transferências para os Serviços Municipalizados foram irrisórias e referência ao orçamento no Plano de Actividades, o que dificulta a sua gestão e impossibilita a execução de infraestruturas, onerando negativamente o bom nome da administração dos Serviços Municipalizados e as explicações dadas sobre esta matéria específica também não foram susceptíveis de nos convencer".

Aberta a discussão, o Director dos Serviços Administrativos, deu pormenorizadas explicações de carácter jurídico e administrativo, respeitantes à Conta de Gerência.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Olinto Ravara, começou por dizer que ninguém põe em causa a exactidão matemática das contas e da contabilidade, quando se trata de princípios que são definidos e escrupulosamente respeitados. No entanto, disse poder pôr já em causa a forma como esta Conta de Gerência foi apresentada, pois tem algumas dúvidas relativamente à previsão orçamental, porque a mesma fala em inicial e final. Apenas havia um orçamento aprovado, fez-se uma alteração orçamental, vindo nesta Conta de Gerência diferenças muito grandes entre a previsão inicial e a final, pelo que gostaria de ser esclarecido nesta matéria. Relativamente à maneira como a Conta de Gerência está escriturada, apesar de haverem

.35.

directrizes superiores, disse julgar que seria oportuno mesmo extracontabilmente fazer a demonstração das rubricas intituladas "outros".

Disse insistir neste aspecto, por lhe parecer estranho que uma rubrica "outros", que tem natureza residual apareça com verbas tão elevadas; pois quando o montante das despesas é astronómico, julga que a própria Câmara não estará a infringir a Lei se fizer uma descrição pormenorizada das mesmas. Quanto ao resto, disse achar que foram cumpridos os requisitos legais, não havendo por isso nada a opôr.

A terminar, referiu que não compreende como é que pode existir equilíbrio financeiro, quando há um passivo de 812 mil contos.

Tomando a palavra o Presidente da Câmara, disse pensar que este passivo financeiro resulta essencialmente dos empréstimos contraídos para o complexo habitacional da Zona de Santiago.

Usando também da palavra o Director dos Serviços Administrativos, prestou esclarecimentos acerca dos procedimentos legais que orientam a Conta de Gerência.

Novamente no uso da palavra o vogal Cruz Tavares, lembrou que ao contrário do que receava a Câmara, aquando da apresentação do Plano de Actividades, as rubricas da contribuição autárquica, rústica e urbana renderam em 1990 aos cofres da Câmara Municipal, mais 19 mil contos que o previsto.

Da mesma forma a Sisa, em relação à qual também foram manifestados os mesmos receios, também deu um "superavit" de 24 mil contos. A terminar, disse que é bom que se desculpem os erros de previsão, todavia é melhor que não sejam esquecidos.

Tomando a palavra o Sr. Presidente da Câmara, esclareceu que quando se fez o orçamento contabilizou-se a mesma verba do ano transacto e não invalida em nada o desagravamento fiscal que é feito à custa dos Municípios, nomeadamente a subida de isenção da contribuição autárquica, contando-se só no concelho de Aveiro, sete mil isenções; e nada invalida também as afirmações de que o desagravamento fiscal na Sisa, foi feito de igual forma à custa dos Municípios. A Câmara, prudentemente incluiu no orçamento a mesma verba do ano transacto, isto porque não sabia muito bem o que iria resultar de tais isenções. Significa também que a Câmara de Aveiro, receberia efectivamente uma verba muito maior se não houvesse de facto essas isenções.

Usando da palavra o vogal Rogério Madail, disse não concordar com o ponto de vista expresso pelo Presidente da Câmara, já que de acordo com a análise dos dados fornecidos, não vê nestes, nada que o possam levar a uma consideração de dizer que há um desagravamento fiscal à custa das

Autarquias; bem pelo contrário pensa que a situação é plenamente normal, comparada com a taxa de inflacção.

Seguiu-se uma breve troca de impressões, tendo seguidamente o Presidente da Mesa, submetido à votação da Assembleia a CONTA DE GERÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL - 1990, vindo a merecer a mesma aprovação por vinte e oito voto a favor e seis abstenções.

Seguiram-se declarações de voto dos vogais:

Do Vogal Custódio Ramos, nos seguintes termos: - "O meu sentido de voto, é no sentido de esclarecer que efectivamente nós votámos novamente no sentido da abstenção, na medida em que do ponto de vista político, embora não tecnicamente mas do ponto de vista político este documento integra o próprio Relatório do Orgão Câmara Municipal de Aveiro e como tal se há momentos nos abstermos, desta feita não poderíamos tomar outro sentido de voto; isto não significa obviamente que esteja em causa um juízo técnico de desconfiança das contas do Executivo".

Do Vogal Armando Vieira, nos seguintes termos: - "votarei favoravelmente na esperança de que a próxima Conta de Gerência, reflecta já um maior equilíbrio entre as diversas freguesias do Concelho, que é abismal entre as transferências na actual Conta de Gerência".

CONTA DE GERÊNCIA - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - 1990

DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 20 DE MAIO DE 1991: - "SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES RELATIVOS AO ANO DE 1990: - Foi presente a Conta de Gerência dos Serviços Municipalizados relativa ao ano de 1990, a qual apresenta um saldo de gerência anterior de vinte e seis milhões quatro mil cento e vinte e sete escudos e dez centavos, uma receita de oitocentos e oitenta e seis milhões três mil cento e setenta e um escudos e oitenta centavos, uma despesa de oitocentos e sessenta e dois milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e noventa escudos e setenta centavos e um saldo para a ano seguinte de vinte e três milhões quinhentos e cinquenta mil seiscentos e oitenta e um escudos e dez centavos. Foi deliberado, por unanimidade, aprovar aquele documento, o qual deverá ser submetido à consideração superior nos termos legais.

Foi também presente o Relatório de Actividades dos mesmos Serviços, relativo ao mesmo ano, o qual após breve análise e troca de impressões, foi deliberado, por unanimidade, considerar aprovado e vai ser submetido à Assembleia Municipal, nos termos legais".

Feita a apresentação do referido documento, pelo vereador

*[Handwritten signature]* .37.

Victor Silva, não se registou qualquer intervenção pelo que, imediatamente a seguir o Presidente da Mesa, submeteu o assunto à votação da Assembleia, merecendo mesmo aprovação por tinta e três votos a favor e uma abstenção.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal António Salevessa, nos seguintes termos: - "abstive-me tanto nesta votação como na anterior, por um lado por manifesta impossibilidade de estudar os dois documentos e por outro lado por entender também que o tipo de documento que é, não se justifica muito a vinda ao órgão com o sentido de deliberação do órgão; acho que seria uma documento sim, que deveria ser remetido aos órgãos deliberativos como sentido de fiscalização sem que fosse obrigatório a sua votação".

E nada mais havendo a tratar o Presidente da Mesa, deu por encerrada a presente reunião.

Eram 01h45 do dia 14

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.